

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL
amprs

Revista Réplica

Ano 44 - N° 13 | DEZEMBRO 2025

www.amprs.com.br/a-amprs/revista-replica

Foto: Fabricio Goncalves / PMPA

ESPECIAL

Lei da Ação Civil Pública: quatro décadas de cidadania e proteção coletiva

Referências do Ministério Público analisam como a legislação transformou a proteção de direitos difusos, urbanos, ambientais e culturais no Brasil.

Sumário

03	CARTA AO LEITOR
04	NOSSA ASSOCIAÇÃO
06	MULHERES QUE INSPIRAM
08	CARREIRA Compromisso com a valorização da carreira resulta em conquistas concretas
10	HISTÓRIA E TRADIÇÃO
11	CONGRESSO EM FOCO
12	ESPECIAL Quatro décadas da Lei da ACP e a nova era do Ministério Público
14	JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS AMP/RS e OEA: parceria que conecta o MP gaúcho ao mundo
15	PERFIL Duas gaúchas retornam ao CNMP e definem prioridades para fiscalização e transparéncia
16	MEMORIAL Os Promotores Pùblicos e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
17	APARTES
21	CRÔNICA Márcio Abreu Ferreira da Cunha, Júlia Flores Schütt e Roberto Carmal Duarte Alvim Junior
22	CRÔNICA Mário Cavalheiro Lisbôa
23	CRÔNICA Cláudio Brito

**REVISTA RÉPLICA**

ANO 44 – N° 13 | Dezembro de 2025

Em defesa dos membros do Ministério Pùblico, da sociedade e na promoção da justiça, a Associação do Ministério Pùblico do Rio Grande do Sul (AMP/RS) mantém-se como referência institucional. Nesta 13^a edição, reforça seu compromisso com o fortalecimento da Instituição e a valorização da carreira, celebrando os 40 anos da Ação Civil Pùblica como marco histórico da atuação do MP, destacando a presença feminina na Associação e seus impactos, o vitaliciamento e as homenagens aos jubilados, além de ressaltar conquistas da classe, a parceria com a OEA e os preparativos para o XVII Congresso Estadual do MPRS, reafirmando seu papel no aprimoramento do Direito no Estado.

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Pùblico do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE
Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS
Luciana Cano Casarotto

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL
Reginaldo Freitas da Silva

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO
Julia Ilénir Martins

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS
Guacira Almeida Martins

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA
Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÉ EDITORIAL
Cláudio Barros Silva
Cláudio Brito
Fernando Andrade Alves
Júlia Flores Schütt
Luciana Cano Casarotto
Mário Cavalheiro Lisboa
Marcio Abreu Ferreira da Cunha
Reginaldo Freitas da Silva
Roberto Carmal Duarte Alvim Junior

EDIÇÃO
CORE Comunicação & Relacionamento
Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento
CEP 90430-001 – Porto Alegre (RS)
core@corecomunicacao.com.br
(51) 3017-1284

REPORTAGEM
Lucas Rivas (MTB 16.177)
Arthur Reckziegel

EDIÇÃO E REVISÃO
Catia Bandeira (MTB 7.212)
Rodrigo Rodembusch (MTB 9.143)

DIAGRAMAÇÃO
Rafael Sarmento / Prana Design & Cultura
R. Nova Divineia, 70 - Cx. Postal 01 - Village
CEP: 88780-000 – Imbituba (SC)
[\(51\) 991.699.944](mailto:rafael.sarmento@pranacultura.com)

IMPRESSÃO
Editora São Miguel
Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo
CEP 90230-010 – Caxias do Sul (RS)
(54) 3220.3232

TIRAGEM
1.500 exemplares



Carta ao leitor

Foto: Tiago Coutinho / MPRS

Prezada leitora, prezado leitor,

Em 2025, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) celebrou 84 anos de história, consolidando-se como referência na defesa dos membros do Ministério Público e na promoção da cidadania. Assim como nossos fundadores em 1941, que criaram a entidade em um período de superação de grandes desafios, seguimos guiados pelo compromisso, pela ética e pela determinação de servir à sociedade, renovando continuamente nossas práticas e fortalecendo a Instituição diante de cada transformação.

Chegar a este marco é celebrar a trajetória coletiva construída por gerações de promotores e procuradores, reconhecendo o valor de todos que contribuíram e continuam contribuindo para o legado da AMP/RS.

Nesta 13ª edição da Revista Réplica, reafirmamos esse compromisso ao destacar temas que refletem a vitalidade da Associação. Celebramos os 40 anos da Ação Civil Pública, marco histórico que consolidou a atuação do Ministério Público no Brasil, com relatos daqueles que acompanharam sua evolução, reconhecendo o impacto positivo dessa transformação na sociedade. Também destacamos a força feminina na Associação, cujas ações e iniciativas vêm ecoando em políticas públicas, promovendo maior equidade e representatividade. O vitalícioamento e as homenagens aos jubilados, assim como o cuidado dedicado a pensionistas e novos integrantes, reforçam a valorização institucional e a integração entre gerações.

Além disso, aborda conquistas recentes da classe, a consolidação da Semana do Ministério Público como um ícone do calendário jurídico estadual, a parceria com a OEA e os preparativos para o XVII Congresso Estadual do MPRS, reafirmando o papel da AMP/RS na promoção da inovação e da excelência institucional. O retorno de representantes gaúchos ao Conselho Nacional do Ministério Público também merece destaque. Reflexões de artigos de Mário Cavalheiro Lisbôa, Cláudio Brito e do Núcleo de Inovação da AMP/RS completam este número, oferecendo subsídios para o diálogo, a análise crítica e o fortalecimento da Instituição.

Que estes conteúdos inspirem reflexão, diálogo e engajamento, fortalecendo o orgulho de integrar uma Associação que atravessa gerações com coragem, dedicação e responsabilidade. Que cada página contribua para ampliar o debate e consolidar a AMP/RS como voz ativa em defesa de quem defende a sociedade.

Boa leitura!

Atenciosamente,

Fernando Andrade Alves

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Compromisso que transcende gerações

Homenagens a promotores e promotoras de justiça jubilados e vitaliciados celebram dedicação, ética e inspiração para quem integra a carreira



Membros recém-vitaliciados marcam o avanço profissional com compromisso renovado e independência funcional.

Do esforço consistente de quem construiu a Instituição à energia de quem inicia sua trajetória, cada história fortalece o Ministério Público. O presente se constrói com dedicação e ética, e o futuro nasce do legado que inspira novas conquistas. Este foi um dos contextos da celebração de 84 anos da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), que homenageou trajetórias marcantes na Instituição e reconheceu a nova geração de membros do Ministério Público. A solenidade ocorreu em 10 de outubro, na sede campestre da AMP/RS, na zona sul de Porto Alegre.

A vitaliciedade representa um marco importante na história do Ministério Público. Ela demonstra adaptação ao cargo e confere ao promotor maior autonomia para bem cumprir as funções assumidas, ciente das grandes responsabilidades, mas consciente também de suas potencialidades. Este é o momento em que o profissional passa a ter maior criatividade e liberdade para exercer suas atividades, identificando as maiores afinidades e reforçando

o comprometimento com a defesa da sociedade, da legalidade e do interesse público. Para a AMP/RS, celebrar o vitaliciamento não é apenas um ato formal: é reconhecer a dedicação, o interesse, a responsabilidade e o respeito a seus princípios fundantes.

A vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Camargo Teixeira, resumiu o significado do momento. “A entrega de homenagens aos vitaliciados, por meio de uma medalha simbólica, e aos nossos jubilados, por meio de uma placa, não celebra apenas trajetórias individuais, mas a história construída dentro do Ministério Público. Esses gestos demonstram o reconhecimento da classe pelo trabalho realizado e a grandiosidade do que todos nós escrevemos juntos em nome do Ministério Público gaúcho”, destacou.

Segundo Karine, o vitaliciamento simboliza a conclusão de etapas importantes, atestando que o promotor ou a promotora de justiça está apto a exercer sua função com preparo, ética e dedicação. Já o jubilamento celebra aqueles que encerram suas carreiras, deixando um legado de ética e entregas pessoais que

inspiram presentes e futuras gerações na Instituição. “Essas homenagens reforçam que passado, presente e futuro devem sempre caminhar juntos dentro do Ministério Público, e a AMP/RS tem exercido essa função de conectar a todos. É um gesto de união, gratidão e fortalecimento do nosso sentimento de classe, reconhecendo os que ingressam e aqueles que dedicaram a vida ao Ministério Público. A história de cada um e de cada uma de nós é permeada por momentos bons de convívio social e institucional. Mas também passamos por momentos difíceis, de enfrentamento a questões pessoais e institucionais complexas. Nessas situações, contamos uns com os outros, andamos juntos, de mãos dadas, como a grande família que somos”, assinalou.

A homenagem também resgatou histórias que moldaram o presente do Ministério Público gaúcho. José Eduardo Gonçalves, carinhosamente conhecido como Coquinho, foi um dos jubilados homenageados. Natural de Sant’Ana do Livramento, dedicou 43 anos de sua vida ao Ministério Público estadual, com destaque para sua longa trajetória em Sant’Ana do Livramento, onde permaneceu por 41 anos.



Jubilados receberam distinção especial pela trajetória construída ao longo de décadas de serviço público.

“Esta homenagem não é apenas um reconhecimento àqueles que dedicaram a vida ao Ministério Público, mas também um legado de ética, compromisso e perseverança que motiva as novas gerações a seguir construindo a Justiça com a mesma dedicação e paixão”, ressaltou José Eduardo Gonçalves.

Entre os promotores mais jovens, Flávia Quiroga Quintas foi uma das agraciadas com a medalha pelo vitaliciamento. Ingressou no Ministério Público gaúcho em março de 2023, como parte da turma do 49º Concurso, e atuou nas comarcas de São Francisco de Assis e Jaguarão. Atualmente está na 2ª Promotoria de Camaquã, onde desempenha suas funções com dedicação e resiliência. Representando a nova geração de promotores, Flávia comentou sobre o significado do reconhecimento.

“Receber essa distinção é celebrar uma trajetória de esforço, renúncia e comprometimento, além de inspirar toda a nossa geração a continuar fortalecendo o Ministério Público com ética e paixão pelo trabalho em prol da sociedade”, frisou.

O evento não se resumiu apenas a homenagens individuais. Ele simbolizou a continuidade institucional e o compromisso



Foto: Karen Corchaki Ohlweiler

À esquerda: Karine Camargo Teixeira presta homenagem a José Eduardo “Coquinho”, reconhecendo sua longa atuação no Ministério Público. À direita: Flávia Quiroga Quintas celebra o vitaliciamento ao lado de Reginaldo Freitas da Silva, representando a nova etapa na carreira jurídica.

da AMP/RS com o futuro do Ministério Público. Ao reunir veteranos e recém-ingressados, a celebração ressaltou a importância de criar pontes entre experiências consolidadas e novas perspectivas, garantindo que a Instituição se mantenha firme em seus valores, adaptando-se às transformações sociais e jurídicas do País.

Segundo Karine, a cerimônia também foi um momento de reflexão sobre a missão do Ministério Público. “Cada homenagem representa a história de vidas dedicadas à Instituição. São exemplos que fortalecem a cultura da ética, da responsabilidade e do compromisso público, valores que todos os membros carregam consigo ao longo da carreira”, finalizou. ■



Promotores de Justiça Vitaliciados:

Ana Flávia Amaral Rezende, Andrelise Borrin Bagatini, Anita Spies da Cunha, Átila Castoldi Kochenborger, Deoclecio Pereira Gonçalves Junior, Eduardo da Silva Fagundes, Fabrício Diesel Perin, Fernanda Covessi Thom, Fernando Mello Müller, Flávia Quiroga Quintas, Gabriel Antônio de Moraes Vieira, Gustavo Alexandre Ritter, Luiz Flávio Barbieri, Matheus Trindade, Mirian Alves de Souza, Nathália Frare Barbosa, Paulo Vitor Bergamo Braga, Pedro Henrique Staudt, Rafael Graboski dos Santos, Rafael Wobeto Pinter, Renan Loss, Vitor Casasco Alejandre de Almeida.



Promotores de Justiça Jubilados em 2025:

Ana Rita Nascimento Schinestsck, Glênio Amaro Biffignandi, José Eduardo Gonçalves, Luiz Carlos Ziomkowski, Luiz Henrique Barbosa Lima Faria Corrêa, Luiz Inácio Vigil Neto, Maria Regina Fay de Azambuja, Marisa Lara Adami da Silva, Ricardo Alberton do Amaral, Rosele Maria Luchese, Ruben Giugno Abruzzi, Sérgio Guimarães Britto, Sônia Madalena Silveira Bonilla, Suzana Silveira da Silva.

Protagonismo feminino em ação: AMP/RS na vanguarda da transformação

Iniciativas estratégicas que inspiram, valorizam e ampliam a liderança das mulheres dentro e fora da instituição



Foto: Rodrigo Rodrigues/ALRS

Encontro com a bancada feminina fortaleceu diálogo, articulação e políticas para mulheres gaúchas.

Hoje, o protagonismo feminino não é apenas uma conquista, mas uma força transformadora. No Ministério Público, mulheres estão redefinindo papéis, liderando mudanças e construindo uma instituição mais inclusiva, inovadora e conectada à sociedade.

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) tem se destacado na promoção desse protagonismo, com uma série de iniciativas que reforçam a valorização, o empoderamento e a participação das mulheres no âmbito institucional e social. Atualmente, 44,5% das associadas são mulheres, evidenciando a força feminina dentro da entidade.

Reunião-almoço com a bancada feminina: diálogo e transformação

Entre as ações de maior impacto, a reunião-almoço com a bancada feminina da Assembleia Legislativa se sobressai como um marco na atuação da AMP/RS. Realizado de forma inédita na sede da Associação, o encontro criou um espaço para debates estratégicos e políticas públicas voltadas às mulheres, incluindo a discussão sobre a criação da Secretaria da Mulher do Estado.

O encontro inédito da bancada feminina da Assembleia Legislativa gaúcha, promovido pela entidade, contribuiu

diretamente para a formação de consenso sobre a instalação da secretaria, comandada por Fábia Richter, enfermeira e ex-prefeita de Cristal, nomeada pelo governo estadual em outubro.

O evento, realizado em junho, reuniu nove deputadas estaduais de diferentes correntes políticas, reforçando o caráter plural e democrático do encontro. A iniciativa buscou estreitar o diálogo institucional e debater temas estruturantes para o Ministério Público e para a sociedade gaúcha.

A vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Luciana Cano Casarotto, destaca a relevância do encontro e o impacto das ações. “Temos como prioridade valorizar e fortalecer a presença feminina em todas as áreas da instituição. Queremos garantir que as mulheres tenham voz, liderança e oportunidades para transformar realidades. Essa é a nossa missão diária”, afirma.

Conexão Mulher: inovação, empoderamento e protagonismo

Consolidado na agenda associativa, o Conexão Mulher é um espaço que promove debates, inspirações e reflexões sobre o papel da mulher na sociedade e no Ministério Público. Em 2025, o evento reuniu referências nacionais e abriu discussões estratégicas sobre inovação, tecnologia e liderança feminina.

Em agosto, a secretária extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade do Estado, Lisiâne Lemos, trouxe para a discussão temas como inteligência artificial e inovação, destacando a importância de integrar mulheres em espaços de decisão e transformação tecnológica.

Já em maio, a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ivana Lúcia Franco Cei, compartilhou sua trajetória, refletindo sobre o papel estratégico do Ministério Público e estimulando associadas a potencializarem a atuação feminina no sistema de Justiça. "Além de comemorar o Dia da Mulher, é fundamental reduzir a violência e fortalecer os canais de denúncia. O Ministério Público está disponível para que mulheres recebam proteção, informação e atendimento completo sobre seus direitos", disse.



Inovação e inclusão digital em foco no Conexão Mulher com Lisiâne Lemos e Júlia Schütt.

Reconhecimento e valorização

O compromisso da AMP/RS com a valorização das mulheres também se concretiza na entrega da Medalha Sophia Galanternick. Em 2025, a honraria reconheceu mulheres que se destacam na promoção do Ministério Público e da própria Associação, reafirmando a importância da participação feminina em posições de liderança.

Neste ano, cinco mulheres foram agraciadas: a promotora de Justiça Lúcia Helena de Lima Callegari e as procuradoras de Justiça Carla Carpi Nejar, Maria Cristina C. Moreira de Oliveira, Veleda Maria Dobke e Marisa



Cinco homenageadas que transformam e inspiram o MPRS.

Lara Adami Da Silva. Durante a cerimônia, foram elencados os impactos da dedicação e do comprometimento das homenageadas na construção de um Ministério Público mais inclusivo e eficiente.

Falando em nome das homenageadas, Carla Nejar reforçou

Bruna Rodrigues (PCdoB)



Bruna Rodrigues destaca união e compromisso na defesa das mulheres no RS.

"As mudanças em uma sociedade só acontecem de forma coletiva. A nossa luta pela retomada da Secretaria da Mulher só foi possível porque diversos setores compreenderam que proteger a vida das mulheres é essencial, pois essa pauta atravessa todas as esferas, classes e estruturas sociais. Esse encontro com a AMP foi fundamental para juntas e juntos, traçarmos estratégias de união e transformarmos o RS em um estado mais seguro e acolhedor para todas as mulheres."

Patrícia Alba (MDB)



Patrícia Alba reforça a importância de políticas públicas integradas pela equidade de gênero.

"A colaboração entre deputadas, Poderes de Estado, instituições e sociedade civil é essencial para avançarmos de forma concreta na busca pela igualdade e equidade de gênero. Esse esforço conjunto é determinante para criar e fortalecer políticas públicas que gerem transformações reais na vida das pessoas. O trabalho do Ministério Público, pilarna na defesa dos direitos das mulheres, foi fundamental para apoiar a recriação da Secretaria da Mulher do RS, integrando projetos e fortalecendo a rede de acolhimento e prevenção aos feminicídios."

a mensagem de protagonismo feminino. "Se permitam ser o que são, não o que esperam que sejam. Escolham suas batalhas – não todas – e as travem com convicção", defendeu.

Com essas iniciativas, a AMP/RS reafirma seu compromisso com a equidade de gênero, a valorização da mulher e a construção de um Ministério Público mais inclusivo, inovador e conectado à sociedade. "A Associação demonstra que o protagonismo feminino não é apenas uma meta institucional, mas uma força essencial para transformar realidades, fortalecer instituições e inspirar novas gerações de profissionais do Direito", complementa a secretária-geral da AMP/RS, Maria Cristina Moreira de Oliveira. ■



Foto: Pexels

Compromisso com a valorização da carreira resulta em conquistas concretas

Gestão reforça direitos para associados mesmo em cenário de desafios fiscais e financeiros

ADiretoria Executiva celebra relevantes avanços para membros da ativa, jubilados e pensionistas, reafirmando seu compromisso com o fortalecimento institucional, a valorização dos integrantes do Ministério Público e a defesa da sociedade gaúcha.

Para o vice-presidente Administrativo e Financeiro, Henrique Rech Neto, esses resultados refletem o trabalho coletivo e persistente da AMP/RS em prol da classe. "Cada avanço reafirma o compromisso da Associação com a defesa dos direitos de seus associados. São medidas que impactam diretamente a qualidade de vida e o reconhecimento do trabalho de promotores e procuradores em todo o Estado", destaca.

Para promotores e procuradores que atuam na linha de frente do atendimento à população, foram obtidos avanços concretos voltados à valorização da carreira, à melhoria das condições laborais e à ampliação de direitos históricos, resultado de diálogo institucional constante e de atuação técnica da entidade.

Entre as conquistas, destacam-se a fruição de Dispensa Compensatória de Plantão (DCP) sem o cômputo dos fins de semana e a possibilidade de fruir férias sem a necessidade de indicar substituto, garantindo maior autonomia e equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Na área da saúde, a AMP/RS conseguiu elevar o percentual do auxílio-saúde de 10% para 15% aos membros com mais de 50 anos, além de incluir despesas com coparticipação em planos de saúde, atendimentos psicológicos, odontológicos e aquisição de medicamentos.

Outro avanço significativo foi o pagamento da acumulação de acervo nos afastamentos legais dos membros do Ministério Público, além da possibilidade de conversão em pecúnia das DCPs, reconhecendo o esforço e a dedicação dos integrantes no exercício de suas funções.

A entidade também assegurou o reconhecimento retroativo do acúmulo de acervo, da gratificação de diretor de Promotoria na base de cálculo do 13º salário, do pagamento retroativo do auxílio-creche e da incidência de todas as vantagens sobre a licença-prêmio convertida em pecúnia, garantindo tratamento justo e integral aos direitos adquiridos.

Rech Neto ressalta que o diálogo permanente com a Administração Superior foi essencial para consolidar os resultados. "A busca por melhores condições de trabalho e o aperfeiçoamento das garantias institucionais é contínua. A AMP/RS segue atuante para que cada conquista se traduza em valorização real da carreira e no fortalecimento do Ministério Público como um todo", afirma.

Esses aspectos reforçam o papel da Associação como voz ativa de seus membros, promovendo avanços que contribuem diretamente para o aprimoramento da atuação do Ministério Público e para a prestação de serviços mais eficientes e comprometidos com a sociedade gaúcha.

Foto: Juliana Lemos / MPRS



Henrique Rech Neto destaca avanços que fortalecem direitos, valorizam a carreira e ampliam garantias aos associados.

Jubilados e pensionistas em foco

A AMP/RS também vem ampliando as ações voltadas a membros aposentados e pensionistas, reforçando o acesso a direitos, serviços e o vínculo com a Instituição. De acordo com o assessor especial da Presidência, procurador jubilado Luiz Inácio Vigil Neto, o segundo semestre marcou o início de uma série de iniciativas práticas — entre elas, a confecção de carteiras funcionais, que garantem o acesso às instalações do Ministério Público e simbolizam o reconhecimento à contribuição de quem ajudou a construir a história da Instituição.

Outra frente importante é o acompanhamento na área da saúde, com orientações sobre o reembolso de despesas com medicamentos e suporte para o uso de plataformas digitais. O objetivo é tornar os processos mais simples e acessíveis, especialmente para os colegas com menor familiaridade com ferramentas tecnológicas. “Hoje, todos os colegas aposentados conseguem compreender melhor o funcionamento dos sistemas, e seguimos buscando novas formas de digitalização para facilitar ainda mais esse acesso”, explica Vigil Neto.

O atendimento é realizado de forma personalizada — presencialmente, a cada 15 dias, no Palácio do Ministério Público —, e também por meio de grupos de WhatsApp exclusivos para aposentados e pensionistas, que já reúnem

“O trabalho que realizamos hoje só é possível graças à dedicação dos colegas que nos antecederam. Precisamos garantir que aqueles que um dia alcançarão a aposentadoria recebam o mesmo apoio e reconhecimento”

Luiz Inácio Vigil Neto
Assessor especial da Presidência

mais de 100 participantes. Os associados podem ainda agendar atendimentos individuais, conforme suas demandas, garantindo agilidade na solução de dúvidas sobre direitos e benefícios, bem como a interlocução das estruturas



Foto: Willian Barreto

Vigil Neto reforça o apoio aos jubilados e pensionistas, com ações que facilitam o acesso a direitos e serviços administrativas do MPRS.

A AMP/RS também tem prestado apoio às pensionistas desde o falecimento dos colegas, buscando esclarecer direitos e ampliar o conhecimento sobre pretensões administrativas e previdenciárias. A entidade atua como interlocutora junto à Administração Superior, assegurando que esses direitos sejam reconhecidos e efetivados.

“O trabalho que realizamos hoje só é possível graças à dedicação dos colegas que nos antecederam. Precisamos garantir que aqueles que um dia alcançarão a aposentadoria recebam o mesmo apoio e reconhecimento”, destaca Vigil Neto.

O atendimento presencial no Palácio do Ministério Público representa mais do que um espaço físico — simboliza a valorização, a visibilidade e a força de uma entidade que dá voz a todas as gerações do Ministério Público. “Sem a Associação, o Ministério Público segue, mas talvez não alcance a mesma efetividade. A AMP/RS dá celeridade e representação para que direitos sejam garantidos e ações se tornem realidade”, conclui. ■

Da origem à atualidade: 41 anos de compromisso com o Ministério Público

Criada em 1984, em Santa Cruz do Sul, a tradicional Semana do Ministério Público promovida pela AMP/RS atravessa 2025 reafirmando seu papel como espaço de reflexão, formação e fortalecimento institucional em todo o Estado



Criada em 1984, em Santa Cruz do Sul, a Semana do Ministério Público promovida pela AMP/RS atravessou 2025 reafirmando seu papel como espaço de reflexão, formação e fortalecimento institucional em todo o Estado. Há mais de quatro décadas, o evento percorre o Rio Grande do Sul promovendo conhecimento, diálogo e integração. Nascida a partir da iniciativa de três promotores pioneiros, consolidou-se como um dos maiores fóruns jurídicos itinerantes do País, aproximando a Instituição da sociedade e formando novas gerações para a Justiça.

Em 2025, a programação percorreu mais de 6,5 mil quilômetros, reunindo 13 cidades e mais de 35 painéis sobre temas atuais, conectando promotores, estudantes e cidadãos em torno das atribuições constitucionais e da missão social do órgão. “Desde sua criação, a Semana do MP tem marcado a história do RS como um dos movimentos mais importantes de valorização e integração da Instituição. Este ano, reafirmou seu papel como espaço de formação e troca de experiências, aproximando ainda mais o Ministério Público da sociedade e consolidando sua atuação em todo o Estado”, destacou o presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves.

O ciclo iniciou em São Borja, com painéis sobre desafios da carreira e proteção de idosos e pessoas com deficiência, conduzidos pelo presidente da AMP/RS e pela promotora Maristela Schneider. “As Semanas do Ministério Público nas universidades representam a presença viva da Instituição no meio

acadêmico. O interesse dos estudantes foi tão grande que acabei dando duas palestras em uma”, contou Maristela. A programação encerrou-se em Cachoeirinha, destacando-se como evento representativo para toda a Região Metropolitana de Porto Alegre.

As origens

O início da Semana do MP ocorreu no contexto da redemocratização do País, idealizada pelos promotores Agenor Casaril, Cláudio Barros Silva e Tibiriçá Brum Pires. A primeira edição, em setembro de 1984, abordou mudanças na legislação penal e o papel do MP diante dos novos desafios jurídicos e sociais. O êxito do encontro impulsionou a expansão do projeto, consolidando a Semana como espaço contínuo de formação, reflexão e integração entre diferentes gerações da Instituição.

Mais de 6,5 mil quilômetros de conhecimento

Em 2025, a jornada passou por 13 universidades em São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Pelotas, Alegrete, Bagé, Taquara, Nova Prata e Guaíba, e encerrou em Cachoeirinha, reforçando a presença do Ministério Público em todas as regiões do Estado. ■

O Rio Grande do Sul se reinventa no maior congresso do Ministério Público

A 17ª edição do evento, em Gramado, reunirá líderes do sistema de Justiça e especialistas para debater inovação, ética e o futuro da atuação do MP, celebrando a reconstrução e o fortalecimento do Estado.



A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) acelera os preparativos para o XVII Congresso Estadual do Ministério Público, um dos encontros mais aguardados do calendário jurídico nacional. O evento será realizado entre 5 e 8 de agosto de 2026, no Wish Serrano Resort, em Gramado (RS) — cenário simbólico que celebra o reencontro da instituição e o renascimento do Estado após as enchentes de 2024. Reconhecido pela profundidade dos debates e pela excelência de seus participantes, o congresso reafirma o protagonismo do Ministério Público gaúcho, consolidando-se como um espaço de diálogo, inovação e fortalecimento institucional.

Com o tema “O MP e o desafio da inovação: a ética e a segurança no uso das novas tecnologias”, propõe uma reflexão sobre o papel das instituições jurídicas em um mundo em constante transformação. “Em 2026, o Rio Grande do Sul será palco do principal fórum de debate do Ministério Público nacional. O tema evidencia a urgência de discutir como o MP deve se posicionar diante das novas fronteiras da inteligência artificial, da proteção de dados e da ética pública — pilares de uma sociedade livre, justa e democrática”, afirma o vice-presidente de Valorização Funcional da AMP/RS, Reginaldo Freitas da Silva.

Mais do que tecnologia, o congresso busca lançar luz sobre o futuro da atuação institucional do MP, reunindo promotores, procuradores, dirigentes, acadêmicos e especialistas em um diálogo que combina conhecimento e propósito em defesa da cidadania e da justiça social. Organizado pela AMP/RS, com apoio da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), o evento deve reunir mais de mil participantes de todo

o País, incluindo membros do Ministério Público, integrantes do Judiciário, autoridades, acadêmicos e representantes da sociedade civil. A programação abordará temas como combate ao crime organizado, sistema prisional, direitos das vítimas, saúde, meio ambiente, urbanismo, segurança pública e prevenção à corrupção, com debates conduzidos por palestrantes nacionais e internacionais — ministros, juristas, filósofos e cientistas políticos —, consolidando o congresso como um verdadeiro palco de ideias e diálogo interinstitucional.

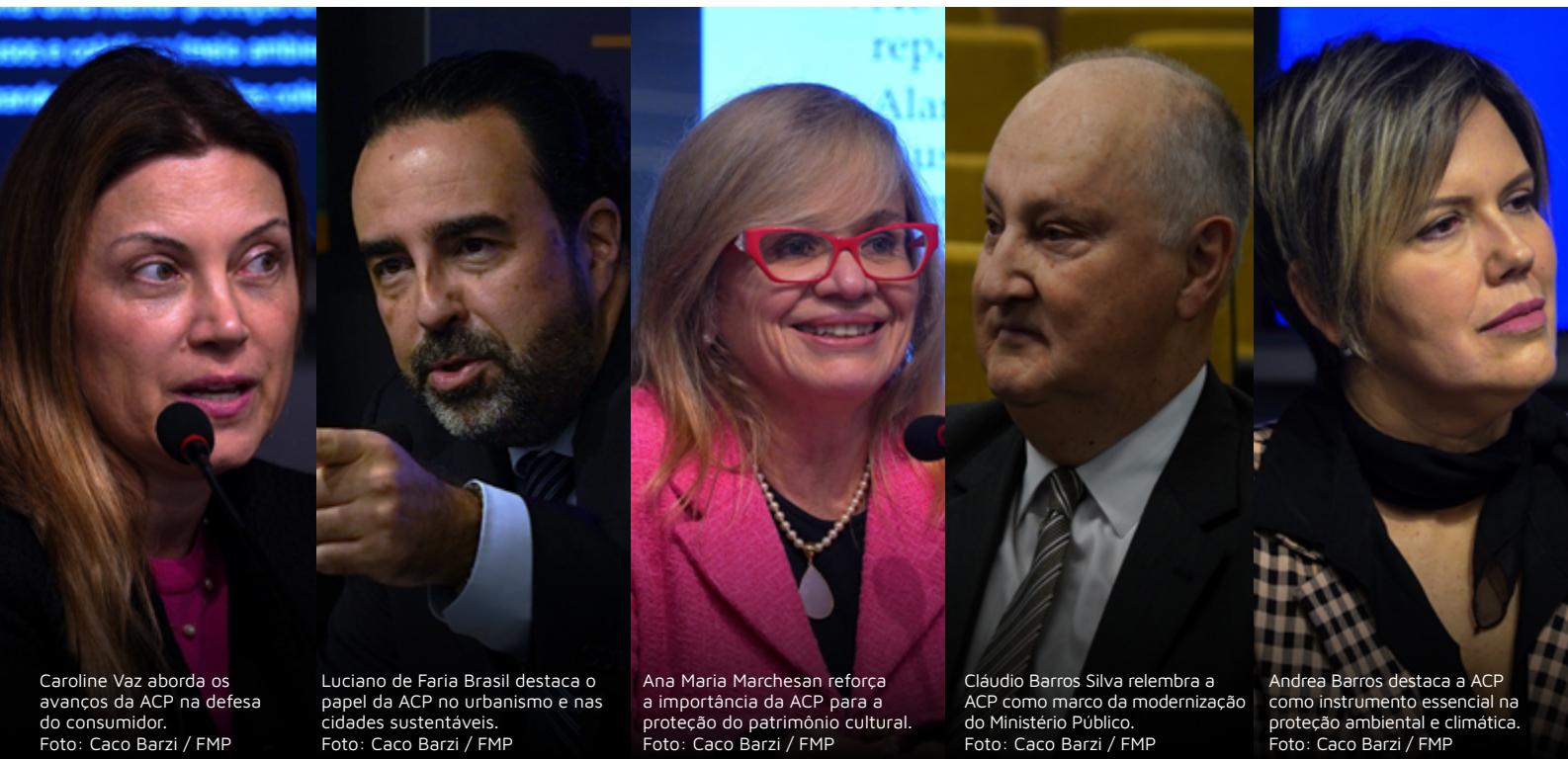
O XVII Congresso Estadual do Ministério Público será também um marco simbólico de reconstrução, união e renovação de propósitos, reafirmando o compromisso da instituição com o desenvolvimento ético e sustentável. “O congresso será um ambiente de inspiração e fortalecimento coletivo. Gramado será o ponto de convergência entre direito, tecnologia e compromisso social — um símbolo de que o Rio Grande do Sul segue firme, resiliente e protagonista na construção de um futuro mais ético e inovador”, destaca o CEO da AMP/RS, Valdir Bianchessi.

O evento também se beneficia do cenário único de Gramado, cidade reconhecida por suas paisagens verdes, arquitetura acolhedora e clima que combina charme europeu com a hospitalidade típica do Rio Grande do Sul. Com uma rede hoteleira estruturada — incluindo o Wish Serrano Resort, onde será realizado o congresso — e gastronomia diversificada, que vai de cafés e confeitorias tradicionais a restaurantes contemporâneos, a cidade oferece um ambiente simbólico que une o reencontro da Instituição à força e à reconstrução do Estado após as enchentes de 2024. ■

Foto: Cleiton Thiele

Quatro décadas da Lei da ACP e a nova era do Ministério Público

Como a legislação mudou a proteção de direitos difusos, urbanos e culturais



Caroline Vaz aborda os avanços da ACP na defesa do consumidor.
Foto: Caco Barzi / FMP

Luciano de Faria Brasil destaca o papel da ACP no urbanismo e nas cidades sustentáveis.
Foto: Caco Barzi / FMP

Ana Maria Marchesan reforça a importância da ACP para a proteção do patrimônio cultural.
Foto: Caco Barzi / FMP

Cláudio Barros Silva relembra a ACP como marco da modernização do Ministério Público.
Foto: Caco Barzi / FMP

Andrea Barros destaca a ACP como instrumento essencial na proteção ambiental e climática.
Foto: Caco Barzi / FMP

Em 2025, a Lei de Ação Civil Pública (LACP) completa quatro décadas e representa um marco histórico na atuação do Ministério Público no Brasil. Desde sua promulgação, essa legislação inovadora transformou profundamente a proteção de direitos difusos e coletivos, consolidando instrumentos essenciais para a defesa do meio ambiente, patrimônio público, consumidores e outros interesses coletivos. Mais do que um marco legislativo, a LACP redefiniu os parâmetros institucionais do MP, estabelecendo um antes e um depois na forma de garantir justiça à coletividade, ampliando significativamente o alcance da tutela do interesse público em todo o país.

Para compreender de forma completa os impactos dessa legislação, a Revista Réplica ouviu protagonistas diretos dessas transformações, que acompanharam de perto a consolidação do MP como referência na defesa da sociedade. O resultado é uma análise detalhada sobre como a Lei da ACP influenciou áreas estratégicas, como meio ambiente, urbanismo, patrimônio cultural e direitos do consumidor, abordando não apenas os aspectos legais, mas também a aplicação prática, os desafios enfrentados e os efeitos duradouros na sociedade brasileira.

O direito do consumidor

Promotora de Justiça **Caroline Vaz**

A Lei da Ação Civil Pública de 1985 marcou um ponto de virada para a defesa coletiva dos consumidores, abrindo caminho para que direitos difusos e transindividuais fossem protegidos de maneira estruturada e contínua. Desde então, tornou-se a base sobre a qual se consolidou o Código de Defesa do Consumidor e a atuação coletiva em juízo, permitindo que casos de impacto social amplo fossem tratados com prioridade e consistência.

"Ela permitiu a proteção de interesses coletivos e transindividuais, instituiu instrumentos como o inquérito civil e possibilitou a reparação de danos a diversos consumidores, criando o gênero da defesa coletiva que mais tarde foi detalhado pelo Código de Defesa do Consumidor", explica a promotora de Justiça, Caroline Vaz.

Essa lei abriu caminho para que os consumidores tivessem voz ativa na sociedade e pudessem reivindicar seus direitos em produtos e serviços variados, incluindo contratos com instituições de ensino, serviços financeiros e produtos bancários. Hoje, o Brasil é referência mundial na tutela coletiva de direitos, sendo exemplo de legislação avançada que equilibra proteção ao cidadão e desenvolvimento econômico.

Urbanismo e cidades

Presidente da FMP, promotor de Justiça, **Luciano de Faria Brasil**

Para o presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), a Lei da ACP representou um marco também na proteção dos direitos urbanísticos, permitindo a tutela de interesses transindividuais relacionados à ordem urbana e ao direito a cidades sustentáveis e inclusivas. Desde então, passou a embasar a defesa estruturada de princípios de política urbana, planejamento, mobilidade, habitação e qualidade de vida, tornando-se um instrumento essencial para cidades mais justas e equilibradas.

“O direito urbanístico se emancipa com o Estatuto da Cidade, reunindo normas e comandos urbanos e definindo o rumo das cidades que queremos construir, tornando a atuação coletiva do MP um instrumento indispensável para promover cidades sustentáveis e socialmente equilibradas”, afirma Luciano de Faria Brasil.

Ao longo das últimas décadas, a legislação permitiu que o MP atuasse preventivamente na proteção do meio urbano, garantindo habitação digna, planejamento sustentável, mobilidade urbana adequada e preservação do patrimônio público, integrando práticas de governança e fiscalização ambiental com impacto direto na vida da população.

Patrimônio cultural

Procuradora de Justiça **Ana Maria Moreira Marchesan**

A Lei da ACP abriu caminho para que o Ministério Público atuasse de forma organizada e contínua na defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural. Integrada à Constituição de 1988, que prevê a proteção desses bens e atribui competências específicas ao MP, a lei garante instrumentos judiciais e extrajudiciais para preservar a cultura, a memória, a história e a identidade da sociedade.

“A Lei da Ação Civil Pública abriu caminho para a atuação dos MPs na defesa ampla do patrimônio cultural. Com o reconhecimento desse direito em nível constitucional, é possível fazer chegar inclusive ao STF nossas demandas nessa seara. O MP, além da ACP, tem a sua disposição o Termo de Ajustamento de Conduta e as recomendações, como soluções não adversariais”, pontua Ana Maria.

Ela reforça que a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) complementa a proteção penal do patrimônio cultural, criando uma estratégia robusta de preservação histórica, artística e social. Com isso, a atuação do MP se tornou referência na defesa do patrimônio público e no incentivo à valorização cultural em todo o País.

O advento da Lei e sua aplicação pelo Ministério Público

Procurador de Justiça jubilado **Cláudio Barros Silva**

A construção da Lei da Ação Civil Pública está intimamente ligada à consolidação do Ministério Público como instituição

essencial à democracia. Segundo o ex-procurador-geral de Justiça e hoje jubilado Cláudio Barros Silva, esse processo de conscientização começou ainda nas Constituições de 1934 e 1946, que conferiram papel de destaque na estrutura pública. Essas experiências democráticas serviram de base para que, mesmo em períodos autoritários, o Ministério Público mantivesse viva a ideia de independência, de fiscalização e de tutela social. Na época do regime militar, iniciaram-se os trabalhos do novo Código de Processo Civil de 1973, quando se introduziu a defesa do interesse público pelo Ministério Público.

“Nos anos 1980, a Lei Complementar nº 40 representou um marco histórico ao garantir autonomia e prerrogativas funcionais aos promotores. Com a Lei da ACP, o Ministério Público passou a tutelar direitos que superam o interesse individual — algo totalmente inovador e sem paralelo em outros países. A lei tornou o Ministério Público protagonista na defesa do coletivo, transformando-o em um verdadeiro guardião da sociedade, como restou consolidado na Constituição de 1988”, destaca Cláudio Barros.

Atual assessor da presidência da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), ele ressalta que a promulgação da LACP foi um divisor de águas, já que o Ministério Público era conhecido quase exclusivamente pela atuação criminal. Depois da lei, a instituição ampliou suas frentes, defendendo o meio ambiente, os direitos humanos, o consumidor e o patrimônio público. “Foi um verdadeiro ponto de virada na história do Ministério Público e na forma de se compreender justiça no Brasil. A Lei da ACP consolidou a instituição como moderna, autônoma e capaz de enfrentar os desafios de uma sociedade complexa e plural”, sintetiza.

As mudanças climáticas e os mecanismos de defesa

Promotora de Justiça **Andrea Almeida Barros**

A LACP transformou a defesa de direitos coletivos e difusos no Brasil, permitindo ao Ministério Público atuar de forma estruturada, tanto na esfera extrajudicial quanto judicial, reconhecendo interesses transindividuais como prioritários.

“A LACP deu ao Ministério Público autorização expressa para investigar e implementar o inquérito civil, tornando-o protagonista na efetivação de políticas públicas e na proteção ambiental, incluindo a defesa das futuras gerações, conforme previsto no artigo 225 da Constituição”, afirma a promotora Andrea Almeida Barros.

No campo ambiental, a promotora destaca que a ACP é essencial para proteção preventiva e repressiva do meio ambiente, incluindo a mitigação das mudanças climáticas, mesmo diante da complexidade das ações e do tempo necessário para garantir resultados efetivos. Segundo ela, a atuação do MP nesse âmbito é decisiva para consolidar políticas públicas sustentáveis e promover um modelo de desenvolvimento que respeite a natureza e assegure justiça ambiental às próximas gerações. ■

AMP/RS e OEA: parceria que conecta o MP gaúcho ao mundo

Cooperação internacional fortalece capacitação, intercâmbio de boas práticas e atuação no sistema interamericano de justiça

Integrar-se a redes internacionais de justiça é um passo essencial para qualquer instituição comprometida com o fortalecimento do Estado de Direito e a capacitação de seus membros. Nesse sentido, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) deu um passo histórico ao firmar uma parceria inédita com a Organização dos Estados Americanos (OEA), ampliando o intercâmbio de experiências, práticas jurídicas e conhecimento especializado em nível internacional.

Criada em 1948 para promover a paz, a justiça e a cooperação entre os países das Américas, a OEA encontrou na AMP/RS uma aliada estratégica. A aproximação permite que membros das carreiras jurídicas brasileiras contribuam diretamente com projetos e atividades da organização, participando de pesquisas, programas acadêmicos e iniciativas ligadas ao sistema interamericano de justiça. Mais do que abrir portas para a atuação internacional, a parceria reforça o compromisso da AMP/RS com a excelência profissional, a inovação institucional e a busca por soluções conjuntas para desafios jurídicos contemporâneos.



Fernando Andrade Alves oficializa, em Washington, a parceria inédita entre AMP/RS e OEA, ampliando a cooperação jurídica nas Américas.

Em abril, o presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, esteve em Washington (EUA), onde assinou o acordo inédito de cooperação internacional com a OEA, ampliando a capacitação de membros e fortalecendo a presença da instituição no cenário jurídico global. “Este acordo reafirmou nosso compromisso com a construção de um Ministério Público cada vez mais preparado, conectado e protagonista na promoção da justiça em âmbito global”, destacou Fernando Andrade Alves.

O então advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF), também participou do encontro e ressaltou o papel dessa sinergia internacional. “São acordos como estes da AMP/RS que reforçam uma parceria profícua e uma cooperação essencial entre nossas instituições, em benefício de todo o sistema interamericano”, afirmou.

A aproximação com organismos multilaterais é vista como um instrumento poderoso de modernização e de intercâmbio de boas práticas. O diálogo entre magistrados, membros do Ministério Público e especialistas de diferentes países fortalece o aprimoramento institucional, fomenta a inovação e amplia a visão estratégica sobre os direitos humanos e o papel da justiça nas sociedades democráticas.

Foto: Humberto Filho



Felipe Teixeira Neto representa a AMP/RS no intercâmbio internacional de boas práticas no sistema de justiça.

Esse movimento ganhou novo capítulo em outubro, durante o V Fórum de Boas Práticas do Sistema de Justiça Brasileiro, realizado em Salvador (BA). O evento, que se consolidou como espaço de integração e fortalecimento da magistratura e do Ministério Público nas Américas, contou com a participação dos promotores de Justiça Felipe Teixeira Neto e Luciano de Faria Brasil, que representaram a AMP/RS no encontro internacional.

“A AMP/RS vem reforçando essa agenda de integração ao apoiar fóruns que debatem transformação digital, ambiente de negócios e direitos humanos. Esses espaços disseminam soluções que podem ser aplicadas em outras nações da OEA”, resumiu Felipe Teixeira, painelista no debate “Boas práticas do sistema de justiça que contribuem para o desenvolvimento do ambiente de negócios.”

Durante o encontro, o secretário de Assuntos Jurídicos da OEA, Jean Michel Arrighi, lembrou que os desafios enfrentados pelo sistema de justiça evoluem diariamente, exigindo permanente atualização e cooperação. “Por isso, o intercâmbio de experiências e de boas práticas é uma necessidade cotidiana”, salientou.

Com essa atuação, a AMP/RS reafirma sua vocação de liderança e seu compromisso em projetar o Ministério Público gaúcho no cenário internacional — fortalecendo pontes de conhecimento, colaboração e justiça entre as Américas. ■

Gaúchas integram o CNMP e definem prioridades para fiscalização e transparência

Nomeadas em setembro, Greice Stocker e Karen Vilanova detalharam desafios e metas de atuação para fortalecer o papel do colegiado

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) voltou a contar com representantes do Rio Grande do Sul. A nomeação de Greice Fonseca Stocker e Karen Luise Vilanova Batista de Souza foi publicada em 8 de setembro no Diário Oficial da União, marcando o retorno do Estado ao colegiado.

Em entrevista à Revista Réplica, as duas porto-alegrenses falaram sobre os desafios que esperam enfrentar e as prioridades que pretendem estabelecer para fortalecer a fiscalização e a transparência do Ministério Público.

Instalado em 2005, o CNMP atua em defesa do cidadão, assegurando o cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público e respeitando a autonomia da instituição.

Ao todo, o colegiado é composto por 14 membros, sendo presidido pelo procurador-geral da República, além de quatro representantes do Ministério Público da União, três do Ministério Público dos Estados, dois magistrados — um indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e outro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) —, dois advogados indicados pelo Conselho Federal da OAB e dois representantes indicados pelo Congresso Nacional.

A composição do CNMP tem mandato de dois anos, e os conselheiros podem ser reconduzidos por mais um período.

Conselheira federal da OAB/RS desde 2019, **Greice Fonseca Stocker** também é mestrandra em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e formada em Direito pela PUCRS, com atuação nas áreas Cível, Processual Civil, Imobiliária e do Consumidor. Ela avaliou que o grande desafio está em harmonizar princípios constitucionais que podem, muitas vezes, parecer opostos. “Vejo como principal desafio manter o equilíbrio entre dois pilares constitucionais. De um lado, a autonomia funcional dos membros do Ministério Público; de outro, o controle externo necessário para coibir abusos, fortalecer a transparência e aproximar as instituições da sociedade. Representar o Rio Grande do Sul significa também levar a experiência de um Estado historicamente combativo e comprometido com a democracia, contribuindo para que o CNMP esteja cada vez mais conectado



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

com as necessidades reais do cidadão”, assinala.

Sobre suas prioridades no Conselho, Greice enfatizou a necessidade de ampliar a confiança da sociedade no órgão. “Quero que a advocacia, a sociedade civil e todas as instituições confiem que a fiscalização será exercida de forma equilibrada, responsável e com absoluto respeito à Constituição. Também considero essencial que o CNMP seja um espaço de diálogo contínuo, promovendo políticas de integridade, eficiência e transparência, para que a sociedade perceba a instituição como efetiva garantidora dos direitos fundamentais”, acrescenta.

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) desde 1999, **Karen Luise Vilanova Batista de Souza** trouxe sua experiência da magistratura para o CNMP e destacou a importância de representar a perspectiva gaúcha no colegiado. “É fundamental que o Conselho Nacional do Ministério Público conheça como atuamos no Rio Grande do Sul, como o Ministério Público e a sociedade gaúcha pensam, vivem e o que esperam da instituição. Esse é um grande desafio, pois o conselheiro precisa equilibrar a representação regional com as demandas nacionais do órgão. Além disso, é preciso valorizar a pluralidade de experiências e fazer com que a voz das diferentes regiões seja ouvida e respeitada”, observa.

Em relação às prioridades, Karen reforçou que a atuação do CNMP deve estar conectada às demandas sociais e constitucionais. “É preciso olhar pela perspectiva da proteção de vulneráveis e do cumprimento dos direitos fundamentais previstos na Constituição, além de manter o compromisso com tratados internacionais assumidos pelo Brasil. A atuação deve ser conduzida por integridade, eficiência e transparência, garantindo que a sociedade dialogue conosco e receba do Ministério Público aquilo que se idealizou na Constituição: uma instituição voltada à promoção e à garantia desses direitos”, ressalta.

Com a presença de Greice e Karen, o CNMP volta a contar com representantes do Rio Grande do Sul, reforçando a importância da contribuição do Rio Grande do Sul no sistema de Justiça brasileiro. ■

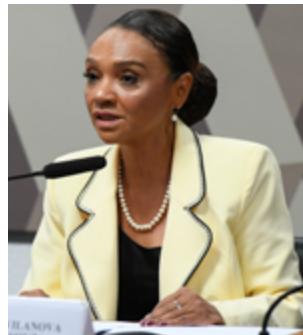


Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Karen Luise leva a visão gaúcha e foco em direitos fundamentais ao CNMP.

Os Promotores Públícos e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Por Diretora do Departamento do Memorial Sérgio da Costa Franco da AMP/RS, Maria Ignez Franco Santos

As Misericórdias constituíram o mais nobre empreendimento de caridade criado por uma corporação portuguesa. A Irmandade ou Confraria da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, com início em 15/08/1498, foi a primeira de uma série de 1500 instituições similares, fundadas no mundo português. Somente no Brasil, cerca de 300 nasceram no período de dominação lusitana. Olinda, em Pernambuco, em 1540 e a de Santos, em 1551, na Capitania de São Vicente.

Em 1802, os membros da Câmara porto-alegrense confiaram a Joaquim Francisco do Livramento, catarinense, da Ordem Terceira de São Francisco, a missão de pleitear junto à Corte de Lisboa autorização para fundar em Porto Alegre uma Santa Casa de Misericórdia. Viajando a Lisboa, conseguiu que o Príncipe Regente Dom João lhe deferisse o pedido, em 14/05/1803. Em 19/10/1803 nascia a Santa Casa de Porto Alegre, formalizada a iniciativa em ato perante a Câmara. Foi provedor do “novo Hospital de Caridade” o Governador da Capitania, Chefe de Esquadra Paulo José da Silva Gama.

Depois de inúmeras providências para concessão de terreno e construção, onde foi edificado o embrião da Santa Casa, a Instituição começou a receber doentes gratuitamente, pobres livres, não escravos (esses atendidos às expensas de seus senhores), funcionando inclusive como enfermaria militar e hospital-escola. Também deu assistência aos condenados à morte, na forca, a contar de 1821, pois cumpria à Santa Casa velar pelas últimas vontades dos sentenciados. Cuidou dos idosos e dos alienados mentais. Ainda começou a construir, a partir de abril de 1826, tumbas para os Irmãos e demais pessoas que desejasse ser enterradas, além dos padecentes. Em fins de 1837, transferiu-se à Santa Casa de Misericórdia o encargo de educar e alimentar os expostos: nasceu a Casa da Roda, que funcionou até 1940.

A Irmandade foi criada em 1814, mas somente em 1825 abriu-se o livro de inscrição dos Irmãos. Era Instituição aplicada à prática do bem aos necessitados e ao exercício da piedade. O Irmão nº 1 é José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo.

Havia regras para o ingresso na Irmandade da Misericórdia, que nasceu de esmolas, doações e legados. Ser Irmão constituía distinção: homem de boa consciência e fama, branco e católico, com bom comportamento moral e cívico, regras que se adaptaram durante o tempo. Era um universo masculino. A joia, muitas vezes, foi condição para ingressar na Irmandade, mas, há muito, caiu em desuso. Alguns foram dispensados, porque já aportavam recursos ou auxílio de qualquer natureza para a Misericórdia. Quando traziam vultosos recursos financeiros recebiam o título de Benemérito. O primeiro Irmão negro e a primeira mulher Irmã datam do Século XX.

Houve diferentes requisitos para o ingresso na Irmandade ao longo do tempo (ter bens e ajudar a Instituição; haver prestado serviços à Instituição, ser funcionário dedicado e operoso, colaborar na divulgação dos serviços prestados pela Casa, possuir influência política e social, capaz de trazer recursos financeiros à Santa Casa).

Diversos Promotores Públícos integraram a Irmandade desde o seu nascimento e dela participam até os dias atuais, num universo de aproximadamente 4000 Irmãos, compromissados desde o seu nascimento. Constitui deferência pessoal e honraria a quem é convidado. Nº 184 – João Dias de Castro – 1807-1878; Nº 207 – João Capistrano de Miranda e Castro – falecido em 1882; Nº 424 – Luiz Alves Leite d’Oliveira Bello – 1817-1865; Nº 826 – Trajano



Foto-Acervo do livro Santa Casa 200 Anos – Caridade e Ciência

Viriato de Medeiros – 1837-1911; Nº 918 – Carlos Thompson Flôres – 1843-1904; Nº 982 – Antonio Lara da Fontoura Palmeiro – 1858-1886; Nº 1098 – Augusto Cesar de Medeiros – 1840-1889; Nº 1147 – Germano Hasslocher – 1862-1911; Nº 1367 – Marçal Pereira de Escobar – 1857-1922; Nº 1378 – Luiz de França Almeida e Sá – 1847-1903; Nº 1553 – Epaminondas Brazileiro Ferreira – 1852-1934; Nº 1573 – Maurilio Antonio da Cunha Pacheco – falecido em 1908; Nº 1752 – Wenceslau Escobar – 1857-1938; Nº 2142 – Francisco de Souza Ribeiro Dantas – 1862-1931; Nº 2338 – Adroaldo Mesquita da Costa – falecido em 1985; Nº 2471 – Othelo Rosa – 1889-1956; Nº 2893 – Walter Só Jobim – 1892-1974; Nº 2999 – Mario de Lima Beck – falecido em 1989; Nº 3001 – Unirio Carrera Machado – 1919-1988; Nº 3009 – Mario Machado da Rosa – nascido em 1915; Nº 3084 – Ajadil de Lemos – 1919-2002; Nº 3128 – Daniel Krieger – 1909-1990; Nº 3451 – Eugênio Cruz Spaggiarin – 1949-1996; Nº 3609 – Carlos Eduardo Vieira da Cunha – nascido em 1960; Nº 3639 – Maria Regina Fay de Azambuja, nascida em 1950; Nº 3643 – Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – 1959-2023; Nº 3772 – Vladimir Giacomuzzi, nascido em 1940; Nº 3821 – Antonio Carlos de Avelar Bastos, nascido em 1946; Nº 3873 – Ruy Rosado de Aguiar Júnior – 1938-2019; Nº 3942 – Vasco Della Giustina, nascido em 1942; Nº 3985 – Carmen Silvia Reis Conti, nascida em 1966.

Dentre os Irmãos, a cada novo pleito, alguns formam chapa para a Direção, eleitos como mesários. Fazem parte da Mesa Administrativa. Compõem a mesa nos projetos apresentados pela Direção Executiva, com a anuência do Provedor.

Celebrando 222 anos, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre possui história de inegáveis serviços prestados à comunidade rio-grandense. Nascida com missão assistencial, especialmente de atendimento aos necessitados, manteve-se fiel aos princípios de misericórdia e humanismo. Agigantou-se no correr dos anos, utilizando processos inovadores e tecnologia de ponta. Figura como um dos grandes complexos hospitalares do Estado. ■

Fontes:

- CARDOZO, Manoel da Silveira. *The Santa Casa da Misericórdia of Lisbon. Revista de História*, São Paulo, n. 100, 1974;
- FRANCO, Sérgio da Costa e STIGGER, Ivo. *Santa Casa 200 Anos – Caridade e Ciência*. Ed da ISCPMA, Porto Alegre, 2003;
- PROVEDORES IRMÃOS E IRMÃS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE – REGISTROS DA HISTÓRIA (1803-2023) – Volumes I e II, Porto Alegre, ISCPMA, Evangraf, 2024.

INTEGRAÇÃO COM O STF

O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, participou em 21 de março, de uma reunião-almoço com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, no Palácio da Justiça, em Porto Alegre. O encontro reuniu magistrados e especialistas para debater a integração do Judiciário e o fortalecimento da cooperação institucional entre os órgãos do sistema de Justiça, abordando questões administrativas, institucionais e de uniformização da jurisprudência.



Foto: Franciele Caetano - ASCOM DPE/RS

VACINAÇÃO E CUIDADOS DE SAÚDE

Foto: Lucas Rivas / AMP/RS



O ano também teve como destaque ações de cuidado com a saúde dos associados da AMP/RS. Nos dias 25 e 26 de abril, a entidade promoveu mais uma edição da campanha de vacinação contra a gripe em formato drive-thru, no estacionamento da sede do Ministério Público, em Porto Alegre. Foram aplicadas vacinas tetravalentes e oferecidos serviços de aferição de pressão arterial e teste de glicemia, reforçando o cuidado integral com a saúde dos participantes.

AMP/RS DÁ SHOW NOS ESPORTES

Foto: Conamp/ Divulgação



A AMP/RS se destacou em competições esportivas nacionais, alcançando resultados expressivos. No XXI Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, realizado em Campo Grande (MS), em maio, a delegação gaúcha conquistou o vice-campeonato na categoria Supersênior. Entre os destaques individuais, Pedro Jardel (na foto) foi o artilheiro geral com 9 gols, e Tiago Conceição foi eleito o melhor jogador na categoria Sênior.

ENCONTRO HISTÓRICO REÚNE EX-PROCURADORES E EX-PRESIDENTES DA AMP/RS



Foto: Tiago Coutinho/NP/RS

O ano de 2025 foi marcado por reencontros históricos. Em 6 de maio, a AMP/RS realizou uma reunião institucional que reuniu nove ex-procuradores-gerais de Justiça e seis ex-presidentes da Associação. O evento celebrou a transição do cargo de procurador-geral de Justiça, com Sérgio Guimarães Britto passando o comando para José Pedro Machado Keunecke, e teve como principal objetivo reafirmar o compromisso da AMP/RS com o fortalecimento institucional da classe.



Foto: Conamp/ Divulgação

O sucesso não se limitou ao futebol. Em setembro, a AMP/RS brilhou nas quadras ao participar do II Torneio Nacional de Tênis e Beach Tênis do MP, em Natal (RN), conquistando duas medalhas de ouro, duas de prata e alcançando sete semifinais. Os resultados consolidam a presença da Associação em competições nacionais e refletem o empenho e talento de seus atletas.

AMP/RS LANÇA CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



Foto: AMP/RS/Divulgação

Em junho, a Associação do Ministério P\xfablico do Rio Grande do Sul iniciou uma nova etapa em sua comunicação institucional com o lançamento da campanha “AMP/RS – A voz em defesa de quem defende a sociedade”. A iniciativa reafirma o papel da entidade como representante leg\xedtima e atuante. Além da atualização da identidade visual, a ação inclui novos materiais voltados ao fortalecimento da marca e à valorização de quem atua na defesa da justiça. A campanha foi desenvolvida pela Integrada – Agência de Comunicação.

SOLIDARIEDADE

Com o inverno ga\xfcho rigoroso, a AMP/RS intensificou suas ações solidárias, distribuindo cobertores e agasalhos em comunidades vulneráveis de Porto Alegre. A mobilização, financiada pelo Fundo de Apoio a Tragéias Climáticas e Sociais da entidade, começou em julho na Aldeia Mbyá Guarani Tekoa Anhenteguá, na Lomba do Pinheiro, onde mais de 100 jaquetas foram entregues. Em seguida, moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, no bairro Arquipélago, receberam 200 cobertores. A AMP/RS reafirma seu compromisso com a solidariedade e com a atuação direta junto a essas comunidades.

ENTREGA DE MEDALHAS



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

Em um gesto de apoio à diversidade, a AMP/RS prestigiou a cerimônia de entrega da Medalha Preta Roza, realizada em 23 de julho no Auditório do Ministério P\xfablico, em Porto Alegre. O evento, promovido pela deputada Laura Sito, homenageou mais de 300 mulheres negras por suas trajetórias de resistência e contribuições sociais em diversas áreas. A presença da Associação reforça seu compromisso com a diversidade e a promoção da justiça social no Rio Grande do Sul.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM FOCO



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

No dia 26 de junho, AMP/RS promoveu uma reunião-almoço inédita na sede do Ministério P\xfablico. O evento reuniu cerca de 100 membros aposentados e pensionistas e contou com a presença do procurador-Geral de Justiça, Alexandre Saltz. O objetivo foi valorizar a trajetória dos inativos e fortalecer o vínculo com a Administração Superior, reafirmando o compromisso da AMP/RS com a paridade e a integralidade de direitos entre ativos e aposentados.



Foto: AMP/RS

AMP/RS EM BRASÍLIA



Foto: Conamp/Divulgação

A Diretoria Executiva da AMP/RS esteve em Brasília nos dias 19 e 20 de agosto, fortalecendo a integração institucional em nível nacional. O ponto central da agenda foi a participação na XIV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP, com debates sobre temas estratégicos para a carreira e a instituição, incluindo a análise da Reforma Administrativa e seus impactos na estrutura e na política remuneratória do Ministério P\xfablico. O presidente, Fernando Andrade Alves, e a vice-presidente de Relações Institucionais, Karine Camargo Teixeira, representaram a Associação no encontro.

SEDE CAMPESTRE RENOVADA



Foto: Robson Hermes / AMP/RS

Em outubro, a AMP/RS comemorou 84 anos em grande estilo na Sede Campestre, totalmente renovada para receber os convidados. O espaço ganhou jardins e canteiros reformulados, novos gramados, pintura do prédio onde se localiza o Salão Nobre, além de melhorias nos acessos, oferecendo um ambiente elegante, acolhedor e pronto para celebrar a história da instituição.

AMP/RS PROMOVE REUNIÃO COM O CONSELHO SUPERIOR DO MP



Foto: Arthur Reckziegel / AMP/RS

Em 23 de outubro, a Diretoria Executiva da AMP/RS realizou uma reunião-almoço com o Conselho Superior do Ministério Público, na sede da entidade, reunindo integrantes da Administração Superior e representantes da carreira. O encontro, conduzido pelo presidente Fernando Andrade Alves e por dirigentes da Associação, tratou de temas institucionais, desafios da atuação e pautas estratégicas do MP. A iniciativa reforçou o diálogo permanente entre as instâncias da Instituição e reafirmou o compromisso da AMP/RS com a integração, a unidade e o fortalecimento do MPRS.

DIÁLOGO AMP/RS E CNMP



Foto: Arthur Reckziegel / AMP/RS

No dia 6 de novembro, a AMP/RS realizou uma reunião-almoço em sua sede com os conselheiros do CNMP Moacyr Rey Filho, Paulo Cezar dos Passos e Jaime de Cassio Miranda. O encontro reforçou o diálogo institucional, abordou os desafios do Ministério Público e discutiu iniciativas para fortalecer e aprimorar a atuação ministerial em todo o país.

AMP/RS NA DIRETORIA DA CONAMP



Foto: AMP/RS

O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, foi eleito para a Diretoria-Executiva da CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), representando a Região Sul. Ele integra a chapa única "CONAMP – Seguindo com Trabalho & Integração", liderada por Tarcísio José Sousa Bonfim. A chapa tem como prioridades a valorização da carreira, a integração nacional dos membros e a defesa das prerrogativas do Ministério Público.

RS SE DESTACA NO CONGRESSO NACIONAL DO MP



Foto: Lucas Rivas / AMP/RS

Em 14 de novembro, a comitiva gaúcha do Ministério Público encerrou sua participação no XXVI Congresso Nacional do MP, em Brasília, reunindo mais de 70 integrantes. Durante os quatro dias de evento, eles participaram de painéis sobre inovação, governança, direitos fundamentais e outros temas estratégicos. O encontro destacou o protagonismo do Rio Grande do Sul no Ministério Público, com a participação ativa da AMP/RS, que já projeta o XVII Congresso Estadual, que será realizado de 5 a 8 de agosto de 2026, em Gramado.

JOÃO RICARDO NA GALERIA DOS EX-PRESIDENTES



Em 4 de novembro, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul realizou a cerimônia de descerramento da fotografia do promotor de Justiça João Ricardo Santos Tavares na Galeria dos Ex-Presidentes da entidade. João Ricardo presidiu a AMP/RS por duas gestões consecutivas (2020–2024) e, atualmente, exerce o cargo de secretário-geral do Ministério Público. O ato, amplamente prestigiado, reuniu autoridades dos três Poderes, membros do Ministério Público, familiares e convidados, que lotaram as dependências da Associação. Em sua manifestação, João Ricardo destacou o valor do trabalho coletivo e do espírito associativo para o fortalecimento institucional, ressaltando a construção compartilhada que sustenta a trajetória da AMP/RS ao longo de sua história.

Foto: Gregori Bertó / MPRS

JANTAR MARCA RECONDUÇÃO DE ALEXANDRE SALTZ COMO PGJ



Foto: Eduardo Benini

No dia 6 de junho, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) promoveu o tradicional jantar de posse do procurador-Geral de Justiça do Estado, Alexandre Saltz, no salão nobre do Country Club, em Porto Alegre. O evento marcou a recondução de Saltz para o biênio 2025–2027 e contou com a presença da Diretoria Executiva da AMP/RS, autoridades nacionais do sistema de Justiça, procuradores, promotores, servidores e familiares. Na cerimônia, Saltz destacou a continuidade do trabalho iniciado em sua primeira gestão, evidenciando os resultados alcançados. “Passados dois anos, sou reconduzido ao cargo. Chego aqui chancelado pela maioria dos colegas – que reconheceram que estes primeiros anos promoveram avanços significativos na história da instituição”, afirmou.

VOLTAIRE DE LIMA MORAES SE DESPEDE DA JUSTIÇA GAÚCHA



Foto: TJRS / Divulgação

Em 11 de julho, a Diretoria Executiva da AMP/RS participou da homenagem ao desembargador Voltaire de Lima Moraes em seu último dia de atuação no Tribunal de Justiça do Estado. Aos 75 anos, ele se aposentou após uma trajetória marcada por relevantes serviços prestados à Justiça gaúcha. Ingressou no MPRS em 1980, presidiu a AMP/RS, foi procurador-geral de Justiça por duas gestões e comandou o TJRS, o TRE e a CONAMP, deixando um legado reconhecido no Ministério Público e no Judiciário.

Rápido, devagar e inteligente: o Ministério Público na Era dos Algoritmos

O livro *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*, do psicólogo e Nobel de Economia Daniel Kahneman, oferece uma chave de leitura poderosa para compreender os limites e possibilidades da cognição humana. Em sua obra seminal, Kahneman distingue dois modos de funcionamento da mente: o Sistema 1, rápido, intuitivo, automático e emocional; e o Sistema 2, lento, deliberativo, analítico e racional. Ambos são indispensáveis para a tomada de decisões, mas nem sempre operam em harmonia. O Sistema 1, muitas vezes, domina indevidamente decisões complexas, gerando vieses cognitivos e julgamentos apressados.

A realidade do Ministério Público, diariamente “inundada” por decisões que precisam ser tomadas com base em grande volume de dados – sob pressão e em contextos de alta responsabilidade, se insere exatamente nesse cenário de tensão entre o rápido e o devagar. A atividade cotidiana dos promotores e procuradores de justiça exige a leitura de milhares de páginas de autos, análise de provas, identificação de padrões investigativos, produção de peças jurídicas, correção do trabalho das equipes e realização de audiências. Diante desse cenário de sobrecarga cognitiva, não é raro que acabem agindo mais por reflexo do que por razão, ou seja, mais via Sistema 1 do que via Sistema 2.

É nesse ponto que a inteligência artificial entra não como substituta, mas como inteligência expandida, termo preferível ao reducionismo da “automação”. O conceito pressupõe que a inteligência artificial seja incorporada como um instrumento de ampliação da capacidade cognitiva – quiçá operacional – humana, não como seu sucedâneo.

No contexto do Ministério Público, isso corresponde ao manejo de ferramentas carreadas com inteligência artificial para transferir ao “rápido”, Sistema 1, tarefas mecânicas, repetitivas, volumosas ou estatisticamente previsíveis. Isso libera tempo e energia para que promotores e procuradores exerçam com mais profundidade/qualidade/tempo seu julgamento jurídico-ético, o qual depende do “devagar”, Sistema 2.

A título exemplificativo, a triagem inicial de documentos, o agrupamento de casos semelhantes, o levantamento prévio de informações e dados extraíveis de dada leitura prévia, a edição de peças padronizadas, a extração automática de informações de boletins de ocorrência ou laudos periciais, a identificação de jurisprudência correlata ou a análise de padrões em grandes bases de dados podem ser automatizadas, com supervisão humana. Trata-se de dar à inteligência artificial o papel de um Sistema 1 digital: rápido, incansável, estatístico, objetivo. Ele prepara o terreno para que os membros do Ministério Público, com suas virtudes deliberativas, possam operar com mais segurança e efetividade seu Sistema 2.

Kahneman alerta que o Sistema 2 é “preguiçoso”: exige esforço e consome energia mental. Por isso, em muitas situações, os humanos

**Márcio Abreu Ferreira
da Cunha, Júlia Flores
Schütt e Roberto Carmai
Duarte Alvim Junior**

**Promotores
de Justiça**



Foto: Acervo Pessoal

confiam excessivamente no Sistema 1, aceitando intuições não verificadas, estereótipos ou atalhos mentais. A inteligência artificial, nesse contexto, pode ser usada como um estímulo à ativação do Sistema 2, já que o Parquet deixará de estar engessado com o que podemos “destinar” ao Sistema 1 – sempre com a revisão humana atenta e imprescindível.

Há, ainda, ganho adicional: a inteligência artificial pode fornecer mecanismos de feedback contínuo que permitem o profissional monitorar sua própria atuação – de modo a viabilizar (1) a identificação de vieses sistemáticos e indesejáveis (como padronização no pedido de fixação de pena ou tendência à inércia decisória) e (2) o aprendizado com padrões históricos de atuação institucional. Em vez de tomar decisões com base exclusivamente na experiência acumulada – vulgo intuição profissional –, os promotores e procuradores de justiça têm o condão de serem guiados também por evidências empíricas extraídas de bases de dados processuais e extraprocessuais, gerando maior coerência, eficiência e justiça nas decisões.

O uso da inteligência artificial no Ministério Público não representa o fim da discricionariedade humana, mas sua realocação. Ela permite aos promotores e procuradores de justiça transferir para o “rápido digital” aquilo que prescinde de significativa rationalidade jurídica, reservando para o “devagar humano” o que realmente demanda ponderação, cognição principiológica, sensibilidade institucional e aplicação de valores éticos e democráticos. Tem-se, assim, na IA verdadeira ferramenta de tutela da rationalidade, funcionando como escudo contra o excesso de confiança, a heurística da disponibilidade, o viés de confirmação e outras armadilhas cognitivas bem descritas por Kahneman.

É claro que isso exige infraestrutura, formação e, sobretudo, uma mudança de mentalidade institucional, a famosa “transformação digital”. Não basta usar a inteligência artificial como mecanismo de produtividade; é necessário pensar sua incorporação a partir de um paradigma ético, responsável e voltado à ampliação da justiça. Ela não pode ser tratada como uma “calculadora jurídica”, mas como um parceiro cognitivo, uma nova maneira de realização da justiça por meio da nossa atuação.

Ao fim e ao cabo, o Ministério Público não vê diante de uma encruzilhada em que deve optar entre o humano e a máquina, mas, sim, encarando a – não tão difícil – escolha: um humano sobreacarregado ou um humano expandido? Ao compreender as lições de Kahneman – com a respectiva incorporação do “instrumento” inteligência artificial como catalisador do Sistema 2 de modo a promover decisões mais refletidas, juridicamente coerentes e fundamentadas, o Ministério Público poderá não apenas fazer mais, mas fazer melhor. E é nesse fazer melhor que está a promessa de uma justiça mais lúcida, humana e eficaz. ■

Tertúlia

Libório não era um tipo que se encontra em qualquer moita. Não, senhor! Já pensara e tentara coisas do arco da velha. Ao ser questionado ou debochado por suas ideias, ele simplesmente dava de ombros e dizia: danem-se. Só isso. Danem-se! Não perdia seu tempo discutindo com pessoas a quem ele tachava de apedeutas. Está certo que nunca chamara um apedeuta de apedeuta, isso não, pois era contido e educado. Limitava-se a sair falando baixinho, entre dentes: apedeuta, apedeuta. Sua vingança nunca havia passado de um sussurro incompreensível. Afora idiossincrasias resultantes de suas características invulgares, Libório era um bom sujeito, de convivência agradável, com um sorriso especial para cada interlocutor.

Sim! Agora Libório estava aplicando forma inédita de relacionamento. Ultimamente ele vinha desenvolvendo uma prática que chamava de sorriso personalizado; executava um sorriso que, em sua ótica, moldava-se à pessoa com quem falava. Depois de muito dedicar-se à tal prática, ele havia identificado doze tipos diferentes de sorrisos. Assim como se harmoniza vinho com determinados pratos, ele procurava harmonizar o sorriso ao interlocutor, coisa bem complexa. Alguém neste mundo já havia pensado em harmonizar sorriso? Claro que não! Esse era o Libório. E havia dado um número para cada sorriso. O sorriso número um era um falso sorriso; o sorriso número dois era um sorriso amarelo. E assim por diante. Os de número mais alto, como sorriso dez, sorriso onze ou sorriso doze, ele considerava os mais eficientes e cativantes.

Mas, apesar de sorrir para todos, paradoxalmente Libório vinha enfrentando situação de dificuldade, decorrente de coisas e coisas. Percebia que isso estava dificultando a eficiência de sua harmonização. Agora precisava esforçar-se mais e nem sempre conseguia resultado como até então vinha obtendo. Às vezes era para sair o sorriso número oito e saía apenas o número quatro, por exemplo. Tal atrapalhão o deixava literalmente sem graça. Há muito tempo não conseguia mais o sorriso número doze, seu favorito. De fato, Libório não andava muito bem. Estava pensando em consultar um psiquiatra para que este o ajudasse com seus problemas — esse tipo de gente afirma ter bom trânsito com os demônios do subconsciente.

Pois foi justamente na época em que andava angustiado e sorrindo errado que Libório se encontrou com um vetusto colega, desses que já haviam passado por todas as idades que a vida disponibiliza para um ser humano. E notou que o outro exibia um sorriso que lhe tomava conta do rosto; um sorriso que nem

**Mário
Cavalheiro
Lisboa**
Procurador
de Justiça
jubilado



Foto: Robson Hermes

Libório, com todo o seu empirismo científico na área, jamais havia imaginado. Então é possível haver mais um sorriso diferente além dos doze que eu desenvolvi? Pois está visto que sim.

E, sentados num bar, Libório tratou de conversar bastante com seu colega, indagá-lo sobre tudo que envolvesse seu dia a dia, a fim de procurar algum indício que justificasse sorriso tão contagioso. Já estavam na terceira cerveja sem álcool, fora do gelo, quando o outro disse que fazia algum tempo estava frequentando uma tal de Tertúlia, no oitavo andar da Associação do Ministério Público, todas as quartas-feiras, às quinze horas.

— Tertúlia?! O que é isso?! — indagou Libório.

O colega explicou, dizendo que o ambiente era muito bom, sem regulamento ou ordem do dia; ali, os jubilados vão em busca do ambiente perdido; e tem até aceipipes. Ao se despedir, sugeriu que Libório comparecesse à próxima reunião.

— Tu já és jubilado — disse —, não existe lugar melhor para um jubilado que a Tertúlia.

Libório saiu dali pensando: Tertúlia? Hum! E seguiu para sua casa carregando suas mais recentes desesperanças, forçando o sorriso número três, que não passava de leve esgar de canto de boca.

Na próxima quarta-feira, sem muito entusiasmo, caminhando devagar, parecendo ter um peso nas pernas, resolveu comparecer à Tertúlia. Chegou sestoso — o que será que um grupo de jubilados faz numa reunião? Reclama de tudo? Tenta reformar o mundo? Discute política?

Ao entrar na sala, encontrou vários colegas que há muito não via e já se sentiu bem. Percebeu que o ambiente era muito diferente do que havia imaginado. Levou um choque de alto astral. Havia no ar uma atmosfera leve e contagiosa e um bom humor envolvente.

Ah, mas olha que lugar agradável! Isso aqui é uma terapia do convívio.

Concluiu que um ambiente leve puxa todos para cima; e que a seriedade era apenas ocasional; o resto do tempo era tomado por descontração e bobagens as mais diversas; que o sorriso corria solto, e a maior parte deles com conotação assemelhada ao de número dez para cima.

Libório gostou tanto da reunião que foi o último a sair.

— Vou à psiquiatra coisa nenhuma! Vou é frequentar a Tertúlia. Cheguei aqui triste e amuado e saio lépido e fagueiro! ■



Eleições, o grande momento da democracia

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista



Foto: Arquivo pessoal

Estamos a um ano de mais um capítulo de nossa história, às vésperas de eleições gerais. Tenho para mim que o momento verdadeiramente significativo da experiência saudável da democracia é o que já estamos vivenciando, a corrida às urnas, depois de experimentados os períodos da convivência partidária, ou mesmo classista, em que a sociedade se posiciona e reivindica o que lhe cabe exigir.

E quanto cabe ao Ministério Público em tal cenário?

Muito, com certeza. Afinal, a Instituição à qual juramos servir tem, entre suas múltiplas e relevantes atribuições, a de cuidar da sagrada defesa da democracia, sendo seus agentes os guardiões da lisura procedural que protege a liberdade de escolha dos eleitores.

Deverá ser assim desde o primeiro instante, já no alistamento do eleitorado, e da mesma forma na formação das listas partidárias com suas candidaturas. O resultado final de uma eleição dependerá do que tenha sido realizado com justiça e legalidade em suas instâncias preparatórias.

Fundamentais serão as orientações aos cidadãos escolhidos para atuarem como mesários ou para o desempenho de outras atribuições delegáveis. O socorro a um eleitor cheio de dúvidas operacionais há de corresponder ao acerto final do que, ao fim, a urna apresentar como resultado legítimo do pleito.

Não faz qualquer sentido a adoção de temas que alimentaram campanhas indevidas, visando desprestigar e desacreditar o resultado das urnas, instrumento que o eleitor, com liberdade e legítimo interesse, utilizou para digitar e confirmar seus candidatos sob o manto protetor da democracia.

Lembro-me de alguns instantes de muito saudáveis recordações, como de uma vez em que, terminada uma apuração, uma eleitora pediu a recontagem dos votos, pois o dela desaparecera

na finalização. Era ainda o tempo das cédulas de papel. Ela estava coberta de razão. Reaberta a urna de lona e lançados sobre a mesa do escrutinador os votos já contados, percebeu-se que, na segunda conferência, finalmente apareceu o voto daquela preocupada eleitora, por motivos do pleito e também pessoais, uma vez que o candidato em questão era seu marido.

Perguntem a ela se ainda cogitaria usar cédulas de papel e urnas de lona.

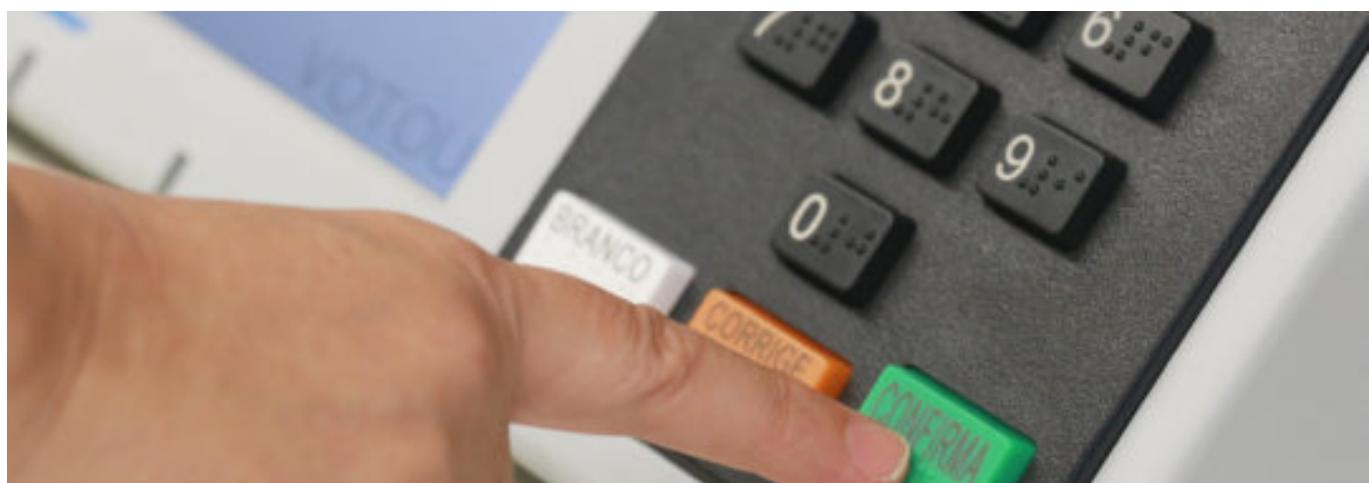
Bem mais significativas que as circunstâncias de um episódio da vida cotidiana serão as que derivarem de uma eleição como a próxima em nosso país. Ainda há poucos dias, celebramos mais um aniversário da vigente Constituição Federal.

Cabe a pergunta: o que temos feito pelo cumprimento construtivo do que a Carta nos exige?

Emendas sucessivas e julgamentos perante o Supremo Tribunal Federal têm servido, muitas vezes, como tentativas infrutíferas de alcançar plena vigência e efetividade aos princípios listados em 1988. E temos necessidade histórica de que, daqui a um ano, tenhamos a segurança da plenitude jurídica que servirá de respaldo ao que o eleitorado irá digitar.

Quando o último voto for confirmado em cada seção eleitoral, venha a ser divulgado o resultado que a operação das urnas apontar. O primeiro fiscal sempre haverá de ser o eleitor, mas, indubitavelmente, a instituição que é fiscal por natureza e fundamento sempre haverá de ser o Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, responsável por defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, sob os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.

Independência acima de tudo! ■



Fotos: Divulgação



Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas – CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br